

Volume

31/1

ICH - UFPel



# História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

**Acervos: Diferentes suportes de memória**

**Reitoria**

Reitora: *Ursula Rosa da Silva*

Vice-Reitor: *Eraldo dos Santos Pinheiro*

Chefe de Gabinete da Reitoria: *Renata Vieira Rodrigues Severo*

Pró-Reitor de Ensino: *Antônio Maurício Medeiros Alves*

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: *Marcos Britto Corrêa*

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: *Fábio Garcia Lima*

Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento: *Aline Ribeiro Paliga*

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis: *Josy Dias Anacleto*

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: *Taís Ullrich Fonseca*

Pró-Reitora de Ações Afirmativas e Equidade: *Cláudia Daiane Garcia Molet*

Superintendente do Campus Capão do Leão: *José Rafael Bordin*

Superintendente de Gestão Administrativa: *Mariana Schardosim Tavares*

Superintendente de Gestão da Informação e

Comunicação: *Christiano Martino Otero Ávila*

Superintendência de Inovação e Desenvolvimento

Interinstitucional: *Vinícius Farias Campos*

Superintendência de Infraestrutura: *Everton Bonow*

Superintendência do Hospital Escola: *Tiago Vieiras Collares*

**Instituto de Ciências Humanas**

Diretor: *Prof. Dr. Sebastião Peres*

Vice-Diretora: *Profa. Dra. Andréa Lacerda Bachettini*

**Núcleo de Documentação História da UFPEL –  
Profa. Beatriz Loner**

Coordenadora:

*Profª Dra. Lorena Almeida Gill*

Membros do NDH:

*Profª Dra. Lorena Almeida Gill*

*Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes*

*Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas*

*Prof. Dra. Márcia Janet Espig*

Técnico Administrativo:

*Cláudia Daiane Garcia Molet – Técnica em Assuntos  
Educacionais*

*Paulo Luiz Crizel Koschier – Auxiliar em Administração*

**História em Revista** - Publicação do Núcleo de  
Documentação Histórica – Profª. Beatriz Loner**Comissão Editorial:**

*Profª Dra. Lorena Almeida Gill*

*Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes*

*Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck*

*Profa. Dra. Márcia Janet Espig*

*Prof. Dr. Jornas Vargas*

*Paulo Luiz Crizel Koschier*

**Conselho Editorial:**

*Profa. Dra. Alexandrine de La Taille-Trétinville U.,  
Universidad de los Andes, Santiago, Chile*

*Profa. Dra. Ana Carolina Carvalho Viotti (UNESP -  
Marília)*

*Profa. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)*

*Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)*

*Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos (UFPA)*

*Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha  
(UNICAMP)*

*Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro (UFU)*

*Profa. Dra. Gisele Porto Sanglard (FIOCRUZ)*

*Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu (Universidade Federal  
de Uberlândia)*

*Profa. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)*

*Profa. Dra. Joana Maria Pedro (UFSC)*

*Profa. Dra. Joana Balsa de Pinho, Universidade de Lisboa*

*Profa. Dra. Karina Ines Ramacciotti,  
(UBA/CONICET/Universidad de Quilmes)*

*Profa. Ms. Larissa Patron Chaves (UFPEL)*

*Profa. Dra. Maria Antônia Lopes (Universidade de  
Coimbra)*

*Profª. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)*

*Profa. Dra. Maria de Deus Beites Manso (Universidade  
de Évora)*

*Profa. Dra. Maria Marta Lobo de Araújo (Universidade  
do Minho)*

*Profa. Dra. Maria Silvia Di Liscia (Universidad Nacional  
de La Pampa – AR)*

*Profa. Dra. Maria Soledad Zárate (Universidad Alberto  
Hurtado – Chile)*

*Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)*

*Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de  
Buenos Aires).*

*Prof. Dr. Robson Laverdi (UEPG)*

*Profª. Dra. Tânia Salgado Pimenta (FIOCRUZ)*

*Profª. Dra. Tatiana Silva de Lima (UFPE)*

*Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)*

*Prof. Dr. Tiago Luis Gil (UNB)*

*Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)*

*Profa. Dra. Yonissa Marmitt Wadi (UNIOESTE)*

*Editora: Lorena Almeida Gill*

*Editores do Volume: Ma. Ângela Beatriz Pomatti (Museu de  
História da Medicina do RS), Dra. Lorena Almeida Gill  
(NDH-UFPEL) e Dra. Véra Lúcia Maciel Barroso  
(Arquivo Histórico do CHC - Centro Histórico-Cultural  
Santa Casa Porto Alegre)*

*Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier*

*Imagem da capa: Trabalho de higienização de acervo do  
NDH-UFPEL. Fonte: Núcleo de Documentação  
Histórica da UFPEL – Profa. Beatriz Loner*

*Pareceristas ad hoc: Dra. Adriana Fraga da Silva  
(FURG); Dra. Ana Celina Figueira da Silva (UFRGS);  
Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM); Dra. Cassia Silveira  
(UFRGS); Dr. Charles Monteiro (PUCRS); Dra. Cíntia  
Vieira Souto (UFRGS/MP-RS); Dra. Claudira do*

Socorro Cirino Cardoso (Secretaria de Educação do Pará); Dr. Cristiano Henrique de Brum (FIOCRUZ); Dra. Daiane Brum Bitencourt (UFRGS/PUCRS); Dr. Daniel Luciano Gevehr (FACCAT); Dra. Daniele Gallindo (UFPEL); Dra. Elis Regina Barbosa Angelo (UFRRJ); Dra. Jaqueline Hasan Brizola (FIOCRUZ); Dra. Leticia Brandt Bauer (UFRGS); Dra. Maira Ines Vendrame (UFPEL/UFJF); Dra. Márcia Regina Bertotto (UFRGS); Dr. Marcos Witt (Instituto Histórico de São Leopoldo-RS); Dra. Maria Teresa Santos Cunha (UFSC); Dra. Mariseti Cristina Soares (UFT); Dra. Mariluci Cardoso Vargas (PNUD/MDHC/Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos); Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira (UFPEL); Dr. Rejane Silva Penna (Arquivo Histórico do RS); Dra. Rosane Marcia Neumann (FURG/UNIPAC); Dr. Tiago da Silva Cesar (UFRPE/UNICAP); Dr. Wilian Junior Bonete (UFPEL)

### Editora e Gráfica Universitária

#### Conselho Editorial

*Presidente do Conselho Editorial:* Ana da Rosa Bandeira

*Representantes das Ciências Agrárias:* Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner (TITULAR), Cássio Cassal Brauner e Viviane Santos Silva Terra

*Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra:* Aline Joana Rolina Wohlmuth Alves dos Santos (TITULAR), Felipe Padilha Leitzke e Werner Krambeck Sauter

*Representantes da Área das Ciências Biológicas:* Rosângela Ferreira Rodrigues (TITULAR) e Marla Piumbini Rocha

*Representantes da Área das Engenharias:* Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR)

*Representantes da Área das Ciências da Saúde:* Claiton Leonetti Lencina (TITULAR)

*Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas:* Daniel Lena Marchiori Neto (TITULAR), Bruno Rotta Almeida e Marislei da Silveira Ribeiro

*Representantes da Área das Ciências Humanas:* Maristani Polidori Zamperetti (TITULAR) e Mauro Dillmann Tavares

*Representantes da Área das Linguagens e Artes:* Chris de Azevedo Ramil (TITULAR), Leandro Ernesto Maia e Vanessa Caldeira Leite

*Seção de Pré-Produção* – Isabel Cochrane, Suelen Aires Böettge

*Seção de Produção*

*Preparação de originais* – Eliana Peter Braz, Suelen Aires Böettge

*Catálogo* – Madelon Schimmelpfennig Lopes

*Revisão textual* – Anelise Heidrich, Suelen Aires Böettge

*Projeto gráfico e diagramação* – Fernanda Figueredo Alves, Alice Martins de Lima (Bolsista)

*Coordenação de projeto* – Ana da Rosa Bandeira

*Seção de Pós-Produção* – Marisa Helena Gonsalves de Moura, Eliana Peter Braz, Newton Nyamasege Marube

*Projeto Gráfico & Capa* – Paulo Luiz Crizel Koschier

Rua Benjamin Constant 1071 – Pelotas, RS  
Fone: (53) 98115-2011

*Edição:* 2026/1  
ISSN – 2596-2876

*Indexada pelas bases de dados:* Worldcat Online Computer Library Center | Latindex | Livre: Revistas de Livre Acesso | International Standard Serial Number | Worldcat | Wizdom.ai | Zeitschriften Datenbank

### UFPEL/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Fone: (53) 3284 3208

Disponível em

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>

*e-mail:* historiaemrevista@ufpel.edu.br

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional  
Simone Godinho Maisonave – CRB 10/1733  
Biblioteca de Ciências Sociais – UFPEL

H673 História em Revista [recurso eletrônico] : (Dossiê : Acervos : Diferentes suportes de memória) / Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL – Profa. Beatriz Loner, v.31, n.1, jan. 2026. – Pelotas: UFPEL/NDH, 2026 – 484 p. ; 18,1 MB

Semestral  
e-ISSN: 2596-2876  
Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader  
Disponível em:  
<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>

1. História – Periódico 2. Acervos 3. Museus

CDD: 907

# **“UM CONVITE À PESQUISA” PARA ROMPER O SILÊNCIO: A DITADURA MILITAR NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ A PARTIR DO ARQUIVO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**

**“AN INVITATION TO RESEARCH” TO BREAK THE SILENCE: THE MILITARY DICTATORSHIP AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF PARÁ FROM THE ARCHIVES OF THE INSTITUTE OF LEGAL SCIENCES**

## **Danielle Figuerêdo Moura**

Doutora em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Atua como professora na Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (EA/UFPA). Tem experiência e interesse em História da Amazônia e História do Brasil Império, principalmente nos seguintes temas: Cabanagem, regência, cultura política, história e natureza e cultura jurídica.

Email: [dmoura@ufpa.br](mailto:dmoura@ufpa.br)

## **Leonardo Ryon Alves dos Santos**

Estudante do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Pará (FAHIS/IFCH/UFPA). Bolsista de iniciação científica vinculado ao Programa de Apoio ao Doutor Pesquisador (PRODOUTOR) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Possui experiência e interesse nas áreas de História dos Museus, História da Amazônia, História Indígena e História do Brasil Império, com ênfase em temas como Cabanagem, História do Direito, Cultura Jurídica, História dos povos indígenas do Amazonas, História da Educação Museal, estratégias de divulgação científica com ênfase em exposições.

Email: [leonardoryon88@gmail.com](mailto:leonardoryon88@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-7983-8205>

**Resumo:** Este artigo examina as potencialidades do Arquivo Setorial do Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ) da Universidade Federal do Pará (UFPA) para investigações acerca da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Evidencia-se a riqueza e a diversidade de seu acervo, que reúne documentos institucionais relacionados à Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS) de 1964, às formas de resistência estudantil, às prisões de discentes e à ocupação da Faculdade em 1968. A partir desses registros, torna-se possível compreender a complexa e ambígua relação da Faculdade de Direito com o regime: ao mesmo tempo em que alguns de seus membros estabeleceram vínculos estreitos com o aparato militar, outros segmentos protagonizaram a defesa da liberdade de expressão e da autonomia universitária. O estudo propõe-se a contribuir para o enfrentamento do silêncio institucional ainda presente na UFPA — evidenciado, entre outros aspectos, pela manutenção de títulos de Doutor Honoris Causa concedidos a presidentes militares e pela ausência de políticas efetivas de reparação e memória. Ao destacar a relevância histórica e política do Arquivo do ICJ, o trabalho busca incentivar pesquisas futuras, reafirmando sua importância para o fortalecimento da memória, da verdade e da justiça.

**Palavras-chaves:** Ditadura Militar, UFPA, Arquivo.

**Abstract:** This article examines the research potential of the Sectoral Archive of the Institute of Legal Sciences (ICJ) at the Federal University of Pará (UFPA) regarding the Brazilian civil-military dictatorship (1964–1985). The archive contains a valuable and diverse collection of documents, including records of the 1964 Special Commission for Summary Investigation (CEIS), student resistance movements, the arrest of students, and the occupation of the Law School in 1968. These materials help reveal





the complex and often contradictory relationship between the Law School and the military regime: while some members of the institution maintained close connections with the authoritarian government, others took part in defending freedom of expression and university autonomy. The study also seeks to address the ongoing institutional silence at UFPA—evidenced, for example, by the continued recognition of military presidents with honorary doctorates and the lack of meaningful reparative measures. By drawing attention to the historical and political significance of the ICJ Archive, this work aims to encourage future research and reinforce its importance for promoting memory, truth, and justice.

**Keywords:** Military Dictatorship, UFPA, Archive.

## Introdução

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre as potencialidades da documentação constante no Arquivo Setorial do Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ) da Universidade Federal do Pará (UFPA) para pesquisas nas áreas de História, Direito e afins, especialmente no que se refere ao período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). A proposta aqui apresentada é fruto das atividades desenvolvidas nas disciplinas História do Brasil República (1945 – Tempo Presente), ministrada pelo professor Dr. Ipojucan Dias, e Estágio Supervisionado IV (Ambientes não escolares de ensino), conduzida pelo Me. Felipe Santos, ambas realizadas no âmbito do curso de Licenciatura em História da UFPA, Campus Guamá, no ano de 2025.

As práticas realizadas no ambiente de estágio, especificamente no Arquivo do Instituto de Ciências Jurídicas da UFPA (ICJ/UFPA), tiveram como foco o trabalho com a documentação referente ao período da ditadura civil-militar brasileira. Esse material constitui o objeto central desta obra, que se apoia nas reflexões, debates e bibliografias trabalhadas na disciplina de História do Brasil República, oferecendo a fundamentação teórica que sustenta as análises aqui apresentadas.

Este texto justifica-se no contexto de iniciativas que buscam, de alguma forma, contribuir para os processos de reparação e de construção de uma memória crítica acerca das violações cometidas no período militar no âmbito da própria UFPA. Trata-se, portanto, de um esforço que se alinha às práticas de enfrentamento das narrativas que ainda insistem em romantizar a ditadura, frequentemente referindo-se ao período como “anos dourados” (Cordeiro, 2009).

Em contraponto a esse cenário, observa-se que, em 9 de maio de 2025, o Conselho Universitário da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) aprovou a revogação do título de Doutor Honoris Causa concedido ao ex-presidente Emílio Garrastazu Médici, chefe de Estado do Brasil durante um dos períodos mais duros e violentos da ditadura. A decisão da UERJ seguiu um movimento semelhante adotado por outras instituições de ensino superior, como a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), em 2024; a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2022; e

a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2021, além de outras universidades brasileiras.

Entretanto, diferentemente dessas instituições, a UFPA, até o presente momento, mantém o título de Doutor Honoris Causa concedido ao então presidente militar em setembro de 1970 (Fontes, 2023). A manutenção dessa honraria pode ser compreendida como a expressão de um “silêncio institucional”, resultante da ausência de processos sistemáticos de registro, reflexão e debate sobre as memórias, os testemunhos e os impactos das práticas autoritárias vivenciadas no contexto universitário local durante os anos de chumbo (Fontes; Alves, 2025).

Esse silêncio institucional é preocupante, na medida em que, mesmo diante dos avanços nos debates públicos sobre memória, verdade, justiça e reparação no Brasil (Gomes, 2010), persiste na UFPA uma certa omissão em relação ao enfrentamento crítico de sua própria história durante a ditadura. O movimento estudantil da universidade reivindica, há anos, a mudança do próprio nome do campus universitário sede, localizado no bairro do Guamá, em Belém (PA) (Fontes; Alves, 2025).

**Figura 1.** Inscrição nas paredes do Bloco F1 no campus do Guamá, pavilhão onde o estudante César Moraes Leite foi morto



**Fonte.** Arquivo pessoal dos autores.



Atualmente, o campus ostenta o nome de José Rodrigues da Silveira Netto<sup>1</sup>, figura diretamente vinculada ao regime militar brasileiro. A proposta dos estudantes é que o campus passe a se chamar César Moraes Leite<sup>2</sup>, em homenagem ao estudante da UFPA, morto em 1980 por um agente da Polícia Federal no contexto ainda de repressão e vigilância dos espaços acadêmicos (Fontes; Alves, 2025).

É verdade que, a UFPA realizou um pedido formal de perdão às vítimas da ditadura militar em 2015 e assumiu o compromisso público de criar um memorial dedicado à memória desse período, que levaria justamente o nome de César Moraes Leite (Fontes; Alves, 2025). No entanto, até 2025, esse memorial permanece apenas no papel, sem que tenha sido efetivamente implementado fisicamente<sup>3</sup>. Paralelamente, a universidade continua mantendo como nome oficial do seu campus sede aquele que homenageia um ex-reitor historicamente associado ao autoritarismo e à repressão.

Percebe-se que, em certa medida, persiste na UFPA uma memória institucional que tende a enxergar o período da ditadura militar — e, em particular, a gestão de José Rodrigues da Silveira Netto — apenas pelos seus “aspectos positivos”, frequentemente associados à narrativa do “reitor que pensou no futuro” (UFPA, 2007). Ressalta-se, nesse discurso, a criação de estruturas administrativas, organizacionais e acadêmicas

---

<sup>1</sup> Silveira Netto, reitor da UFPA de 1960 a 1969, é lembrado como o construtor da universidade no período militar. Silveira Netto, em entrevistas, negava qualquer pressão militar ou repressão na UFPA, afirmando que a universidade vivia um “oásis de tranquilidade” em 1968 e que a reforma universitária foi feita com “maior tranquilidade possível”, mesmo diante de ocupações de faculdades e perseguições a estudantes e professores (Fontes, 2023, p. 138). Essa visão contrasta com depoimentos de ex-alunos e professores que relatam prisões, inquéritos militares e demissões compulsórias.

<sup>2</sup> César Moraes Leite foi morto em 10 de março de 1980, no Pavilhão FB-2 da Universidade Federal do Pará (UFPA). Estudante de Engenharia Elétrica, Leite foi fatalmente atingido por um disparo de revólver efetuado por Dalvo Monteiro de Castro Júnior, agente da Polícia Federal que também era aluno e encontrava-se na mesma sala de aula. A versão oficial, defendida por Dalvo, pela Polícia Federal e pela própria reitoria da UFPA, sustentava que o tiro havia sido acidental, causado pela queda do revólver que o agente carregava em sua bolsa. No entanto, o movimento estudantil e veículos da imprensa alternativa contestaram essa narrativa, atribuindo a responsabilidade direta ao Regime Militar e ao seu aparato repressivo, que permitia a presença de agentes armados e a vigilância ostensiva dentro das universidades (Brito, 2005). A morte de César Moraes Leite gerou intensas manifestações, um extenso cortejo fúnebre e um ato ecumênico foram realizados em repúdio à violência política e à repressão dentro das instituições de ensino superior (Brito, 2005). O episódio tornou-se um marco histórico nas lutas estudantis da UFPA, fortalecendo a mobilização pela autonomia do movimento estudantil. Além disso, reacendeu os debates sobre a necessidade de abertura dos arquivos da ditadura e sobre os mecanismos de violência e controle exercidos pelo Estado durante o regime autoritário (Brito, 2005).

<sup>3</sup> Atualmente, o que se encontra constituído do Memorial César Moraes Leite é um acervo documental digital referente aos anos de 1964 a 1985 no Pará, resultante de pesquisas em fontes jornalísticas, documentos do Serviço Nacional de Inteligência (SNI), atas da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) e depoimentos de servidores sobre o período da Ditadura Civil-Militar. Embora esse acervo seja de fundamental importância, ainda é necessário avançar na implementação física do espaço. Enquanto isso, a Universidade Federal do Pará permanece sob o olhar vigilante do busto em bronze de Silveira Netto, localizado na entrada do Campus Guamá. Para mais informações, acesse o site do Arquivo: <https://memorialcesarleite.com.br/>.



implementadas naquele período<sup>4</sup>, sem, contudo, problematizar o contexto autoritário no qual tais medidas foram realizadas. Fontes e Alves (2025, p. 202) apontam que “Houve a produção de um silêncio na UFPA no que se refere ao período da ditadura militar, pois, a memória produzida e aceita na instituição é aquela que nomeia o Campus da UFPA com o nome do reitor Silveira Netto”.

Não por acaso, na publicação do plano de desenvolvimento institucional da UFPA que vigorou até 2015, afirma-se que no período em questão (A Gestão Silveira Netto 1960-1969) “notadamente, as bases fundamentais da Universidade do Pará foram lançadas em uma gestão progressista” (UFPA, 2011, p. 47). Esse enunciado, no entanto, exige uma reflexão crítica: que “progressismo” é esse que se consolidou sob um regime marcado por perseguições políticas, cassações, vigilância constante e severas restrições às liberdades individuais e coletivas? (Fontes; Alves, 2025). Ao que tudo indica, a memória dessa parte da história brasileira é marcada por uma verdadeira disputa, uma rivalidade de interpretações sobre o passado (Fontes, 2014).

A ausência de revisões simbólicas, como a revogação do título concedido a Médici e outras figuras como Jarbas Passarinho (signatário do Ato Institucional número 5), revela como certos resquícios do autoritarismo seguem naturalizados no tecido institucional, reforçando a importância de ações que mobilizem os arquivos, a pesquisa histórica e a memória como instrumentos fundamentais para a construção de uma universidade efetivamente democrática, plural e comprometida com os direitos humanos e que possam romper com o silêncio estabelecido (Fontes, 2014).

Espera-se, com este trabalho, contribuir não apenas para a historiografia sobre o regime militar, mas também atrair atenção sobre a vasta e centenária documentação existente no Arquivo do ICJ — documentação que, até hoje, permanece em grande medida subutilizada, tanto por historiadores quanto por pesquisadores do direito. Entretanto, não se trata apenas de mobilizar essas fontes no campo da pesquisa acadêmica e a salvaguarda do espaço e seu acervo; é igualmente necessário refletir criticamente sobre a memória que ainda permeia, de forma constante, os muros desta universidade.

Como adverte Adichie (2019, p. 32), “as histórias importam”, pois assim como podem ser utilizadas para espoliar, caluniar e silenciar, também possuem o poder de empoderar, humanizar e reparar. É por esse caminho que se pretende seguir: o caminho do empoderamento dos que foram perseguidos, da denúncia dos que pactuaram com um regime atroz, e, sobretudo, do fortalecimento de todos aqueles que continuam a lutar por uma sociedade mais justa, democrática e verdadeiramente humanizada.

Não é possível — nem responsável — acreditar que os rompantes autoritários e os projetos de caráter ditatorial ficaram restritos ao passado. Como revelaram, de forma contundente, os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, ainda há, em diversos

<sup>4</sup> Dentre as ações da gestão de Silveira Netto (1960–1969), destaca-se a implementação e inauguração do Núcleo Universitário Pioneiro, em Belém, que corresponde atualmente ao campus-sede da Universidade Federal do Pará (UFPA).







setores da sociedade — civis, militares, empresariais, religiosos etc. —, forças que tramam contra a Democracia brasileira. Diante desse cenário, reafirma-se a urgência de praticar o ato de “fazer lembrar”, pois esta é, afinal, uma das missões centrais da História. Como bem destaca Hobsbawm (2003, p. 13) acerca do ofício dos(as) historiadores(as) devem-se “lembrar o que outros esquecem”, ou, como no presente caso, aquilo que muitos preferem deliberadamente esquecer.

## Metodologia

Para alcançar os objetivos propostos neste trabalho, adotou-se um desenho metodológico baseado na pesquisa documental com fontes primárias do Arquivo, no levantamento bibliográfico e na realização de uma entrevista semiestruturada. No que diz respeito à pesquisa documental, essa técnica mostra-se especialmente valiosa tanto para complementar informações obtidas por outros métodos quanto para revelar novos aspectos sobre o tema investigado (Bacellar, 2006).

Além das leituras realizadas na disciplina “História do Brasil República”, foi conduzido um levantamento bibliográfico referente aos temas ligados à pesquisa, com o propósito de oferecer sustentação teórica e aprofundamento conceitual ao estudo (Galvão, 2011).

Buscando ampliar a compreensão sobre a trajetória do Arquivo do ICJ e a composição de seu acervo, foi realizada uma entrevista semiestruturada com o arquivista Eduardo Amaral Martins — bibliotecário e especialista em organização arquivística — que ocupa o cargo desde 1986. A adoção dessa técnica possibilitou a sistematização dos temas tratados e favoreceu o surgimento de novas questões relevantes ao desenvolvimento da pesquisa (Patton, 2002).

## De “depósito de papel” a arquivo centenário

O Arquivo Setorial do Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ) da UFPA está sediado no mesmo prédio do instituto no campus do Guamá em Belém. Atualmente, está sob a responsabilidade do servidor arquivista Eduardo Amaral Martins.

O ICJ possui uma longa e significativa trajetória histórica, remontando à fundação da Faculdade Livre de Direito em 1902 (Rodrigues, 2021). Inicialmente sediada em um casarão localizado no Largo da Trindade, no bairro da Campina, onde constitui-se como um dos primeiros cursos de direito da região Norte do país (Rodrigues, 2021). Segundo Rodrigues (2021), a criação da Faculdade Livre de Direito foi viabilizada por meio de recursos públicos, com o envolvimento direto do então governador do Estado, Augusto Montenegro, que solicitou apoio do poder Legislativo Estadual para sua manutenção. O autor destaca que a importância da Faculdade para a História do Direito no Pará foi tão significativa que é possível dividir esse percurso em dois momentos: antes e depois de sua fundação.



Com o tempo, a Faculdade Livre de Direito passou por transformações significativas. Em 17 de setembro de 1931, deixou de ser uma instituição de ensino livre para se tornar uma faculdade estadual por meio de decreto do então interventor varguista Magalhães Barata (UFPA, 2017). Posteriormente, em 1950, foi integrada à esfera federal e, sete anos depois, com a criação da UFPA, passou a compor a estrutura dessa instituição de ensino superior através da lei nº 3.191 sancionada pelo presidente Juscelino Kubitschek (UFPA, 2017)

Durante esse processo de reestruturação, a Faculdade de Direito (FAD) foi inicialmente alocada dentro do então denominado Centro de Ciências Jurídicas, que mais tarde teve sua nomenclatura alterada para Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ), consolidando-se como unidade acadêmica voltada à graduação, pesquisa e extensão (UFPA, 2017). Em 3 de março 1980, a sede da instituição foi transferida do Largo da Trindade para o campus da UFPA<sup>5</sup>.

Conforme a Lei nº 8.159/1991, que institui a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados, os arquivos setoriais são responsáveis pela gestão de documentos correntes e intermediários nas unidades administrativas e acadêmicas da Universidade, seguindo as diretrizes do Arquivo Central. Suas atribuições incluem organizar, controlar e conservar documentos, atender consultas, realizar empréstimos, acompanhar os processos de avaliação, descarte e transferência documental, além de aplicar as normas e garantir a correta gestão do acervo. No caso do arquivo do ICJ essas funções foram desempenhadas pelo Sr. Eduardo Martins que tratou dos documentos que a faculdade produziu desde 1902 e que resistiram ao tempo, alagamentos<sup>6</sup> e até um incêndio<sup>7</sup>.

Conforme descrito na entrevista realizada com Eduardo Martins, este descreve como era o arquivo do ICJ antes de sua chegada:

O arquivo não era um arquivo, era um depósito de papel. Então, depois eu fui alçado à diretor da biblioteca. Essa biblioteca. Aí na frente, como não tinha como conciliar os dois, tinha que tratar o material do arquivo lá naquela biblioteca e eu optei por ficar só no arquivo (Martins, 2025).

<sup>5</sup> Ofício N° 43/84 do coordenador do Curso de Direito ao Presidente da Assembleia Legislativa do Pará.

<sup>6</sup> As críticas às condições do antigo prédio da Faculdade de Direito eram recorrentes na correspondência da diretoria com a reitoria. Frequentemente, situações como as fortes chuvas na capital paraense agravavam os problemas, comprometendo a conservação da documentação da faculdade, como demonstrado no Ofício nº 28/65 do diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará ao Magnífico reitor da Universidade Federal do Pará.

<sup>7</sup> Em 3 de julho de 2023 o prédio do ICJ-UFPA foi atingido por um incêndio em uma das salas do local, apesar de o arquivo não ter sido diretamente afetado, em virtude da sua proximidade com o local do incêndio a documentação foi prejudicada com uma intenção fuligem que pode ser vista até hoje na documentação.





Nesse quadro, evidencia-se que no início a maior dificuldade foi a organização do arquivo devido à ausência completa de cuidados com a documentação, nesse mesmo momento em 1995, o arquivista sentiu a necessidade de se especializar pois o material “até então, antes era tratado de forma amadora” (Martins, 2025).

A documentação constante no arquivo se refere aos documentos institucionais do Instituto desde sua fundação e no início era deixado no porão o que impactou diretamente o próprio trabalho do arquivista (Martins, 2025). Realidade essa comum a muitos arquivos em diferentes regiões do Brasil, marcada por graves problemas, como a escassez de profissionais capacitados e a percepção de que tais instituições ocupam um lugar secundário, o que compromete sua visibilidade e pleno funcionamento (Bacellar, 2006).

Segundo Eduardo Martins, o público que acessa o arquivo são as pessoas que vão procurar documentos de ex-alunos que “vêm atrás da sua história” (Martins, 2025) e informações referentes à Faculdade, e em seu relato mostra que por vezes “ninguém vinha aqui atrás desse arquivo” (Martins, 2025) mostrando a falta de interesse do público.

No que se refere a documentação sobre a Ditadura Militar, o arquivo reúne uma série de ofícios, circulares, portarias e jornais acadêmicos que evidenciam o lugar da Faculdade de Direito e da UFPA durante o regime militar.

Ademais, é importante mencionar que o ICJ conta, na escadaria de seu andar térreo, com uma exposição de painéis que apresentam a trajetória da Faculdade centenária. Embora a mostra não apresente muitas fontes, um dos painéis aborda o período da ditadura militar sob o título “A Faculdade de Direito durante a Ditadura Militar: um convite à pesquisa”. O texto descreve o período como marcado por intensas violações aos Direitos Humanos, que impactaram profundamente a vida dos acadêmicos de direito (UFPA, 2020).

O painel apresenta a história da instituição como um campo fértil para investigação, sugerindo diversas possibilidades de pesquisa: o papel dos dirigentes universitários e dos diretores da Faculdade durante o regime de exceção; a censura e as múltiplas formas de resistência; o cerceamento dos direitos de professores e estudantes, com o acompanhamento sistemático da Assessoria de Segurança e Informação (ASI), criada no âmbito da UFPA; as atividades políticas entre os estudantes e o papel do movimento estudantil (UFPA, 2020).

Todos esses temas são definidos no próprio painel como “capítulos da História da Faculdade que aguardam maior atenção” (UFPA, 2020). É nesse sentido que este trabalho busca avançar, explorando as potencialidades existentes na vasta documentação disponível e suas múltiplas possibilidades de pesquisa — uma tarefa sem dúvidas necessária e urgente. Haja vista que até onde foi possível saber inexistem trabalhos que deem conta dessa temática no âmbito da faculdade de direito mesmo



estando no centro de decisões tomadas no estado do Pará e na universidade<sup>8</sup> durante o período.

### **As fontes que “aguardam maior atenção”: a documentação potencial da Ditadura Militar no ICJ**

A documentação existente no arquivo revelou-se profundamente rica em diversos aspectos. Um exemplo desse quadro é o registro da instauração da Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS), implementada na UFPA em 18 de maio de 1964 — pouco mais de um mês após o golpe militar. Tal rapidez não deve ser interpretada por um viés “fatalista”, que considere o Golpe de 1964 como “inevitável” (Gomes, 2010), mas, antes, como resultado de intensas disputas de projetos para a nação e da efervescência de diferentes grupos sociais (Ferreira, 2010). A fragilização do governo Goulart, de forma mais contundente, só se consolidou entre o final de 1963 e a virada para o ano seguinte (Ferreira, 2010).

Gaspari (2002, p. 115), ao registrar uma frase do general Cordeiro de Farias — um dos principais articuladores da ruptura —, destaca que o militar teria afirmado que, graças ao “dispositivo militar” que assegurou por um tempo a permanência de João Goulart no poder, “o Exército dormiu janguista no dia 31 [de março de 1964]”. É importante considerar que, uma vez instaurado o golpe, era necessário consolidá-lo, o que deveria ser feito por meio de diferentes dispositivos de controle e repressão (Reis Filho, 1990; Borges, 2013). É nesse contexto que se instituem as CEIS.

Na UFPA essa comissão tinha como objetivo investigar qualquer conduta considerada suspeita ou subversiva, que pudesse ser praticada por estudantes, professores ou demais funcionários da universidade<sup>9</sup>. A Faculdade de Direito esteve diretamente envolvida com essa comissão, uma vez que seu presidente foi o professor catedrático do curso de Direito, Sílvio Augusto de Bastos Meira. A colaboração foi além da participação individual: a Faculdade chegou a ceder funcionários para atuarem nas atividades da comissão<sup>10</sup>.

Segundo Mansan (2012), comissões como essa, criadas em diversas universidades do país, foram utilizadas como instrumento para identificar e remover professores e servidores associados a ideias de esquerda, promovendo verdadeiros expurgos dentro das instituições. Esse movimento se inseria em um processo mais

<sup>8</sup> A documentação existente no arquivo revela que professores e diretores da Faculdade de Direito mantinham estreita relação com as altas esferas decisórias do Estado do Pará e da Cidade de Belém, além de estarem intimamente ligados à Reitoria da Universidade. Essa proximidade fica evidente em episódios como o conflito envolvendo a Escola de Química e o Instituto de Química — uma disputa que também refletia críticas e questionamentos às decisões do então reitor Silveira Neto.

<sup>9</sup> OF. 05/64 do presidente da Comissão Especial de Investigação Sumária da Universidade do Pará ao Vice-diretor da faculdade de direito da Universidade do Pará de 19 de maio de 1964.

<sup>10</sup> OF. 196/64 do Vice-diretor da faculdade de direito da Universidade do Pará ao presidente da Comissão Especial de Investigação Sumária da Universidade do Pará de 21 de maio de 1964.







amplo iniciado com o Ato Institucional nº 1, que abriu caminho para a disseminação de investigações políticas em diversos setores da administração pública (Borges, 2013; Cavalcanti, 2019).

No caso da UFPA, todas as ações investigativas e inquéritos contaram com o apoio do então reitor Silveira Neto (Fontes; Alves, 2013). O que ainda precisa ser feito, no entanto, é justamente traçar com mais precisão a influência de figuras como o professor Silvio Meira e de outros funcionários que atuaram na comissão — analisando seus impactos, suas ações, os apoios que receberam e as vozes que se levantaram em oposição. A relação da FAD com a CEIS não se deu de forma linear ou simplista. Ao contrário, é possível identificar nuances importantes, como o fato de que, em 22 de maio de 1964, o vice-diretor da Faculdade João Baptista de Azevedo, à época recusou-se a fornecer as informações solicitadas pela “douta” comissão:

Nessa condição e mais de professor catedrático desta Escola, há mais de vinte (20) anos, tenho a honra de informar essa douta Comissão, que não disponho de elementos de convicção para, sem quebra da responsabilidade funcional da qual estou, no momento, investido, e da delicadeza do momento histórico que atravessamos, apontar ou indicar quem quer que seja dos quadros docente, discente e de funcionários, desta Faculdade como implicados direta ou indiretamente, ou mesmo suspeitos de atividades subversivas, como também na prática de atos de corrupção ativa ou passiva<sup>11</sup>.

Como observado neste fragmento, a relação da FAD com a CEIS não se deu de maneira simples ou homogênea. Apesar das ordens impositivas da comissão, o registro revela atitudes mais cautelosas por parte do vice-diretor. João Baptista Azevedo que ocupava interinamente o cargo, afirmou não dispor de informações que pudessem ser compartilhadas sem violar sua “responsabilidade funcional”. Em sua justificativa, buscava preservar princípios que considerava inerentes ao cargo que ocupava e ao momento histórico que vivia.

Se, por um lado, havia professores como Silvio Meira diretamente envolvidos com o aparato repressivo do regime no Pará, por outro, a vigilância também se estendeu aos professores do curso, entre 1965 e 1969 se tornou uma constantemente as exigências de informações sobre eles ao Serviço Nacional de Informações (SNI) como seus currículos e trajetórias acadêmicas<sup>12</sup>. Ou seja, mesmo sendo professores de uma faculdade bem relacionada à reitoria, seu corpo docente não escapou à vigilância constante. Nesse contexto, o SNI constituiu-se no principal aparelho repressivo do Estado 1964, sendo criado ainda no início do governo Castelo Branco (Reis Filho, 1990; Borges, 2013). Segundo Borges (2013), ao lado de outros órgãos de informação, o SNI

<sup>11</sup> Ibidem.

<sup>12</sup> OF. 309/68 do diretor da faculdade de direito da Universidade Federal do Pará ao Magnífico Reitor da Universidade Federal do Pará. OF. 15/69 do diretor da faculdade de direito da Universidade Federal do Pará ao Magnífico Reitor da Universidade Federal do Pará de 15 de janeiro de 1969.



desempenhou um papel central na repressão política e na definição do chamado “inimigo interno”.

Mesmo com a repressão, outros setores como o corpo discente da FAD, expressavam críticas claras ao contexto político vigente. Um episódio emblemático ocorreu após a publicação de um artigo no jornal “O Liberal”, em 7 de novembro de 1964, intitulado “Liberdade Inexiste no Brasil”. O texto transcrevia um manifesto assinado por Inocêncio Mártires Coelho, então presidente do Centro Acadêmico de Direito (CAD), e denunciava o cerceamento das liberdades democráticas, conclamando os estudantes à mobilização em defesa dessas garantias<sup>13</sup>.

Seis dias depois, em 13 de novembro, o Diretor Azevedo questionou formalmente o CAD a respeito da autoria do artigo, querendo saber se a responsabilidade era da entidade ou de um aluno em particular<sup>14</sup>. Pouco tempo depois, Azevedo é informado de que Mártires Coelho havia sido preso por tempo indeterminado pela 5ª Companhia de Guardas do Exército. Segundo consta em documentos da Faculdade, sua detenção ocorreu no mesmo dia em que foi solicitado o esclarecimento sobre a autoria do texto<sup>15</sup>.

Esse caso marca o primeiro registro conhecido da prisão de um estudante de Direito da UFPA por manifestação direta contrária ao regime. A 5ª Companhia de Guardas, onde Mártires foi detido, estava sediada no prédio hoje conhecido como “Casa das Onze Janelas”, local que se tornou conhecido por abrigar práticas de tortura, prisões arbitrárias e assassinatos durante a ditadura (Costa, 2023). Contudo, o caso de Mártires Coelho não foi isolado. Pedro Galvão, ex-presidente da União Acadêmica Paraense (UAP) e aluno da Faculdade de Direito, foi detido duas vezes no mesmo local (Costa, 2023). Galvão é o único nome citado por Azevedo em resposta às solicitações da CEIS, limitando-se a informar que o estudante estava preso, incomunicável e respondendo a inquérito<sup>16</sup>. Durante sua prisão no 5º Batalhão, Galvão foi interrogado diretamente pelo coronel Jarbas Passarinho, que lhe apresentou supostas provas de vínculos com o comunismo e pediu explicações (Costa, 2023).

O caso de Pedro Galvão desponta sobre como o movimento estudantil paraense foi severamente atingido pela repressão. Em outubro de 1964, o Ministério da Educação recomendou suspender as eleições para entidades estudantis em todo o país, numa tentativa de conter mobilizações (Reis, 2022). A Faculdade de Direito acatou

<sup>13</sup> OF. 310/64 do diretor da faculdade de direito da Universidade Federal do Pará ao Magnífico Reitor da Universidade Federal do Pará de 13 de novembro de 1964.

<sup>14</sup> OF. 374/64 do diretor da faculdade de direito da Universidade Federal do Pará ao presidente do diretório acadêmico de direito 13 de novembro de 1964.

<sup>15</sup> OF. 310/64 B do diretor da faculdade de direito da Universidade Federal do Pará ao Magnífico Reitor da Universidade Federal do Pará em 13 de novembro de 1964.

<sup>16</sup> Ibidem.



prontamente essa determinação<sup>17</sup>. No entanto, isso não significou o desmantelamento completo da organização estudantil que permaneceu atuante (Reis, 2022).

Sanfelice (1986) é enfático ao abordar o duro golpe que a ditadura representou para o movimento estudantil organizado em todo o país, promovendo sua desarticulação por meio de prisões, assassinatos e exílio de inúmeros sujeitos. O autor também destaca a importância dos documentos referentes ao movimento estudantil em diferentes regiões do país e que estão dispersos em diferentes arquivos, os quais se mostram fundamentais para o processo de construção da pesquisa histórica sobre o período. E que ainda é preciso ponderar que houve aqueles que ergueram suas vozes contra o regime mesmo diante do contexto repressivo que lhes era imposto (Sanfelice, 1986).

Por exemplo, mesmo após a publicação da Lei nº 9, de 9 de novembro de 1964, que regulava o funcionamento das entidades representativas, o CAD continuou realizando eleições em manifestações longe de serem ingênuas ou passivas, conforme amplamente registrado no arquivo.

Um indicativo desse quadro é que a chapa vencedora para a direção do CAD<sup>18</sup> em 1968, além de ter sido eleita, segundo os registros, em um processo considerado “tranquilo”, adotou o nome “Chapa Padre Helder”<sup>19</sup>. A escolha desse nome poderia ser uma referência ao arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara. O que é corroborado por outros acontecimentos, como o fato de no mesmo ano, os formandos do curso de Direito, em solenidade realizada no Teatro da Paz, escolheram Dom Hélder como patrono da turma (Soares, 2019).

A Igreja Católica, que embora inicialmente tenha se posicionado como apoiadora do golpe, passou a contar, em seu interior, com setores que gradualmente assumiram uma postura de oposição ao regime militar (Almeida; Weis, 1998; Grynszpan, 2013). Essa mudança esteve relacionada, em grande medida, à adoção da chamada “opção preferencial pelos pobres” (Almeida; Weis, 1998; Grynszpan, 2013). Nesse contexto, emergem figuras de destaque como Dom Hélder, cuja atuação simbolizou essa nova orientação crítica e agitada da instituição.

Além disso, outros fatores que corroboram para a percepção de que os estudantes de direito (ainda que de modo velado) se mobilizaram em crítica a ditadura, é o fato de que ainda em 1968 elegeram como paraninfo da turma o desembargador e professor da faculdade, Levi Hall de Moura, em reconhecimento à sua atuação em apoio

<sup>17</sup> OF. CIR. DEE. N 94/64 do diretor do departamento de educação e ensino ao diretor da faculdade de direito da Universidade Federal do Pará de 09 de outubro de 1964.

<sup>18</sup> Ainda que esta análise tenha optado por enfatizar a atuação do movimento estudantil ligado ao Centro Acadêmico de Direito, é importante destacar que o arquivo reúne inúmeros documentos relacionados a outros centros acadêmicos da UFPA no mesmo período, como os de Serviço Social e História, além de registros de entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Acadêmica Paraense (UAP).

<sup>19</sup> OF. 154/68 do diretor da faculdade de direito da Universidade Federal do Pará ao Magnífico Reitor da Universidade Federal do Pará de 26 de junho de 1968.



ao movimento estudantil universitário, que naquele contexto se colocava em contestação às autoridades militares (Soares, 2019).

Outrossim, a documentação também revelou o uso da Faculdade como espaço de legitimação ideológica do regime. Consta, por exemplo, a realização de solenidades cívico-militares comemorativas do “Aniversário da Revolução” de 1964 e da supressão da “Intentona Comunista”, com atividades acadêmicas e religiosas, como celebrações de missas<sup>20</sup>. Esse panorama inseria-se no contexto mais amplo de formulação de novas diretrizes para o ensino superior, alinhadas tanto aos interesses econômicos e empresariais quanto à pauta moral da época (Sanfelice, 1986).

As universidades eram vistas como potenciais focos de disseminação do “comunismo”, o que justificava, aos olhos do regime, a necessidade de reformá-las (Sanfelice, 1986; Fontes, 2023). Todas essas ações na UFPA contaram com o sempre presente apoio do reitor Silveira Netto que conclamava os diretores dos cursos a incentivarem seus alunos a participarem dessas atividades de júbilo ao Governo Militar.

Paralelamente, a resistência persistia. Durante a década de 1970, circularam entre os estudantes jornais alternativos como o “Jornal Chão” e o “Jornal Ubaldo”, ambos extremamente críticos ao regime e ao cerceamento das liberdades dentro e fora dos muros da UFPA<sup>21</sup>. Nessa fase do regime, a censura passou a ser sistematicamente aplicada à imprensa e às produções culturais a partir do AI-5, intensificando a violência repressiva contra grupos oposicionistas (Almeida; Weis, 1998). Enquanto os grandes veículos buscavam formas de acomodação, setores da imprensa alternativa operaram sob censura prévia rigorosa, sendo obrigados a enviar seus originais à Polícia Federal antes da publicação, o que muitas vezes inviabilizaram sua atuação (Almeida; Weis, 1998).

Apesar das adversidades, alguns periódicos, especialmente aqueles vinculados a movimentos sociais de contestação, mantiveram o compromisso de informar e fazer pensar, buscando comunicar os acontecimentos e difundir ideias capazes de fomentar a resistência e de estimular o debate em prol da restauração democrática (Almeida; Weis, 1998).

Dentro da UFPA a circulação desses jornais atraiu a atenção da Reitoria, que solicitou explicações à direção da Faculdade. Em resposta, a direção negou qualquer autorização prévia para a distribuição das publicações, alegando que sua liberação exigiria autorização formal da administração da faculdade<sup>22</sup>.

<sup>20</sup> OF. CIR. GR. N 34/66 do Reitor da Universidade Federal do Pará ao diretor da faculdade de direito da Universidade Federal do Pará de 25 de março de 1966.

<sup>21</sup> Jornal Chão. Órgão de Divulgação do Diretório Acadêmico do Centro Sócio Econômico. N° 0 de 15 de abril a 3 de maio de 1978. Jornal Ubaldo. Boletim Informativo do Diretório Acadêmico do Centro Socioeconômico do Centro de estudos e debates dos alunos do curso de direito N°0.

<sup>22</sup> OF. N 70/72 do diretor do centro socioeconômico da U.F.P.A ao Magnífico reitor da U.F.P.A em 07 de abril de 1972





Tais documentos também são exemplos típicos da chamada “imprensa nanica”, veículos alternativos de comunicação criados à margem dos meios tradicionais, sob intensa vigilância do regime (Mendes, 2021). Como observam Freire e Peñarrocha (2024, p. 1), tais publicações eram muitas vezes vistas de forma pejorativa, classificadas como “jornalecos que surgem hoje e desaparecem amanhã”. A análise desses jornais ainda aguarda um olhar mais aprofundado da historiografia. As possibilidades de pesquisa jurídica sobre o regime militar por meio da documentação existente no arquivo da Faculdade de Direito são amplas e ainda pouco exploradas pelos próprios alunos do curso.

Por outro lado, para além da vida acadêmica, o arquivo preserva informações relevantes sobre trajetórias profissionais no campo jurídico, como a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil. Em 1970, a OAB divulgou uma mensagem conjunta de todas as suas seccionais em defesa do Estado de Direito no Brasil, acompanhada de manifestações semelhantes por parte da seção Pará — documentos esses que hoje integram o acervo arquivístico disponível para consulta e pesquisa e cujos advogados em muitos casos eram formados pela FAD/UFPA<sup>23</sup>. Conforme enfatizado por Mathias (1995), ainda que a conjuntura política da década de 1970 fosse marcada por uma combinação de esperança, decepção e medo, as discussões sobre a legitimidade do regime militar começaram a se disseminar em diferentes espaços da sociedade.

A OAB de modo particular, desempenhou um papel significativo no contexto da campanha pela Anistia e na luta contra a ditadura militar no Brasil e em defesa da restauração do Estado Democrático de Direito (Ciambarella, 2010). Como destaca Ciambarella (2010, p. 247), a entidade foi um dos chamados “grupos de pressão” que buscavam consolidar uma oposição mais expressiva ao regime militar, apresentando novos projetos políticos. Por meio de suas diversas seções regionais, a OAB também atuou junto à Justiça Militar, garantindo a defesa de presos políticos (Ciambarella, 2010).

Em 2008, a própria Ordem ingressou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF), sustentando que a Lei da Anistia de 1979 não poderia ser aplicada aos agentes da ditadura. A argumentação defendia que práticas como tortura, estupro e sequestro não se enquadravam como crimes contra a ordem política e a segurança nacional e, portanto, não poderiam ser anistiadas, uma vez que o Brasil é signatário de convenções internacionais que estabelecem a tortura como crime imprescritível e passível de punição a qualquer tempo (Ciambarella, 2010).

Essas considerações evidenciam como a OAB se consolidou como uma voz relevante da sociedade civil na defesa dos direitos humanos, não apenas durante a ditadura. No entanto, a atuação da Seção Pará da OAB ainda carece de estudos mais aprofundados, sendo que o arquivo ICJ/UFPA dispõe de fontes que possibilitam o desenvolvimento dessa investigação.

<sup>23</sup> Mensagem dos Advogados Brasileiros em favor do estado de direito reunidos na IV Conferência nacional da Ordem dos Advogados do Brasil. São Paulo, 30 de outubro de 1970.





Desse modo, os exemplos de documentação aqui citada não apenas são testemunhos dos impactos do regime autoritário sobre a UFPA, mas também explicita os mecanismos de controle, cooptação e resistência presentes no meio acadêmico. Trata-se de um conjunto documental que pode — e deve — ser apropriado por estudantes e professores como ferramenta crítica para a construção de pesquisas comprometidas com a memória, a justiça e a democracia. A importância histórica dos documentos do ICJ é apontada pelo arquivista Eduardo Martins:

Acho que se vocês forem atrás desse material por aí você não vai encontrar nada. Ou se encontrar é muito raro. Aqui vocês viram que aqui com todas que vocês fizeram, essas pesquisas ele... não se achou muita coisa. Imagina por aí por fora. Por aí por fora a coisa realmente é ainda mais que teve aquela que ele chama aquilo da professora Edilza recolhimento daquele tipo de documentos. Foi... eu forneci cinco, mas é documento quente! Falava mesmo sobre a ditadura! Foi para o arquivo central, na época era dona Ângela Fazini que era coordenadora de arquivos setoriais. Ela veio aqui para buscar. Só que no dia que entreguei para ela para o meu azar, nenhuma xerox estava funcionando [...]. Entreguei para ela e não soube mais nada. (Entrevista realizada com Eduardo Amaral Martins em 2025)

Tais considerações são plenamente justificáveis diante do acervo singular do Instituto, cuja relevância transcende os limites da própria faculdade e universidade, alcançando importância para a história do estado do Pará e do Brasil. O relato ainda aponta a existência de materiais sensíveis e de grande valor histórico que foram recolhidos pelo Arquivo Central da UFPA, sob a coordenação de Ângela Fazini, em um contexto vinculado a um projeto iniciado ainda durante o governo da presidente Dilma Rousseff. No Pará, essa iniciativa teve desdobramentos como o programa “Anos de Chumbo e a UFPA – As Memórias do Golpe de 1964”, coordenado pela professora Dra. Edilza Fontes.

Por outro lado, o caso citado por Eduardo Martins evidencia a falta de transparência quanto ao destino desses documentos e a dificuldade de acesso a cópias, o que representa um obstáculo relevante à continuidade das pesquisas sobre o tema. O episódio reforça, assim, a urgência da implementação de mecanismos institucionais mais eficazes para assegurar a preservação, o acesso público e a consulta qualificada desses registros fundamentais à memória histórica e à produção acadêmica.

### **“A juventude nunca foi derrotada”: a ocupação da Faculdade de Direito da UFPA (1968)**

Um episódio que demanda uma análise mais aprofundada é o das ocupações das faculdades da UFPA em 1968. A relevância de tratar esse tema em um tópico específico se justifica tanto pela sua centralidade no contexto da repressão política nas universidades durante a ditadura civil-militar, quanto pela intensidade dos





desdobramentos que provocou no âmbito institucional da UFPA, especialmente na Faculdade de Direito

Entre 1968 e 1969, a Faculdade de Direito da UFPA foi palco de importantes manifestações como a ocupação estudantil (1968), realizada em conjunto com outras unidades da universidade, em resposta à intensificação da repressão do regime militar (Fontes, 2023). Esse episódio se insere em um contexto mais amplo de resistência acadêmica, especialmente com medidas como a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968, que marcou o recrudescimento da ditadura (Borges, 2013). Os estudantes, mobilizados contra a crescente intervenção do governo na universidade, contestavam a falta de autonomia acadêmica, a perseguição a docentes e alunos, além da imposição de reformas universitárias que restringiam a liberdade de pensamento (Fontes; Alves, 2013).

A Reforma Universitária de 1968, por exemplo, alterou significativamente a estrutura do ensino superior, tornando a formação acadêmica mais alinhada aos interesses do regime (Sanfelice, 1986). No Contexto da UFPA a reestruturação esbarrou na oposição de parte dos docentes da faculdade, sendo essa unidade a primeira a se opor a tal medida e classificando como desrespeitosa a atitude de Silveira Netto (Soares, 2019). A medida em meio às maquinacões do reitor para que fosse aprovada por fim conseguiu os votos necessários do conselho universitário, mas votando contrário os professores da FAD Aldebaro Cavaleiro de Macedo Klautau e o diretor Lourenço Paiva (Soares, 2019).

Ações como essa não passaram despercebidas e, somadas às circunstâncias de crescente repressão já presentes naquele contexto, transformaram a FAD em um espaço de resistência e enfrentamento às arbitrariedades tanto do reitor quanto do Governo Militar. No dia 3 de abril de 1968, poucos dias após o aniversário do golpe militar e em meio às mobilizações pela morte do estudante paraense Edson Luís, assassinado por forças da ditadura no restaurante estudantil Calabouço, no Rio de Janeiro, os alunos da Faculdade realizaram um velório simbólico em sua homenagem, em frente ao casarão localizado no Largo da Trindade (Soares, 2019). Em agosto, o diretório acadêmico de direito também prestou apoio aos alunos da Escola de Química que reivindicavam a manutenção da unidade que Silveira Neto queria extinguir<sup>24</sup>.

A ocupação do casarão da FAD ocorreu então nesse quadro, no segundo semestre de 1968, sendo uma tentativa de reivindicar direitos e contestar a repressão, mas que rapidamente encontrou forte repressão por parte das autoridades, ao informar a reitoria sobre a reitoria sobre a ocupação da FAD, o diretor Lourenço do Valle Paiva, declarou que “Os estudantes permanecem na faculdade, passaram lá o dia todo, estão realizando reuniões, não sei se vão deixar o prédio. (...) mas tudo me faz crer que eles não vão deixar o prédio, esta é a situação” (Fontes; Alves, 2013, p. 283). Silveira Netto reuniu o Conselho Universitário para deliberar sobre ações de enfrentamento às ocupações nas faculdades e escolas, que, àquela altura, já contavam com a adesão da

<sup>24</sup> FOLHA DO NORTE. Química é um tema na Faculdade de Direito. Belém, 1 ago. 1968. 1º cad.





maioria dos estudantes dos cursos (Fontes; Alves, 2014). Entre os membros do Conselho estavam professores da Faculdade de Direito (FAD), incluindo Lourenço do Valle Paiva, que defendia que os estudantes eram, em sua maioria, calmos e ordeiros (Fontes; Alves, 2013).

Já o professor Dr. Sílvio Augusto de Bastos Meira adotava uma posição mais crítica, argumentando que era necessário “separar o joio do trigo”, pois, segundo ele, muitos alunos haviam aderido ao movimento em razão da influência de “agitadores e perturbadores” infiltrados na universidade (Fontes; Alves, 2013, p. 286). Ainda assim, Meira era enfático ao alertar para a força da mobilização estudantil, afirmando: “Ninguém se iluda, a juventude nunca foi derrotada: a história bem demonstra que a juventude nunca foi derrotada”<sup>25</sup>.

Todavia, como resposta às ocupações os estudantes foram presos, processados<sup>26</sup> e, em alguns casos, afastados compulsoriamente da instituição<sup>27</sup> (Carneiro; Salles, 2017). Mesmo os professores catedráticos da FAD não escaparam a repressão, Aldebaro Klautau, por exemplo foi identificado como um “comunista independente, de classe e gabarito” passando a ser associado às agitações de 1968, sendo colocado sob vigilância constante do SNI (Reis, 2024, p.17). Anna Diniz que a época era acadêmica de Direito no período relembra o momento da seguinte forma:

[...] naquela época a ocupação da faculdade de Direito foi uma “tourada”, foi muito pesada, muito mais do que a de Filosofia e a Layse lá e eu aqui na tourada de Direito. Assim, em 1968 fiz o primeiro ano de Direito e não fui matriculada no segundo ano. O Passarinho não queria dar o 477 e deu ordem para não matricular ninguém que estivesse para receber o decreto 477. (Carneiro; Salles, 2017, p. 143)

Segundo os relatos, a repressão à ocupação foi intensa, e novamente é possível perceber a atuação de Jarbas Passarinho, desta vez diretamente envolvido na formulação do Decreto-Lei nº 477. Esse decreto tinha como objetivo punir professores, alunos, funcionários e demais trabalhadores das instituições de ensino. O diretor Paiva, inclusive, queixava-se insistentemente, em setembro de 1968, de que, mesmo após a

<sup>25</sup> Ata da 9ª Sessão do Conselho Universitário realizada em 02 de agosto de 1968.

<sup>26</sup> É interessante destacar que, anos após as ocupações estudantis de 1968, a Faculdade de Direito foi novamente alvo de ações. Em outubro de 1973, a FAD foi invadida, e um dos processos instaurados contra estudantes acabou sendo furtado durante a ação.

<sup>27</sup> Apesar de não terem sido localizados os processos sumários instaurados contra os alunos da Faculdade de Direito, há indícios concretos de sua existência, mencionados em diversos outros documentos. Um exemplo são os memorandos enviados a um grupo de estudantes em abril de 1969, nos quais se solicita apenas que compareçam à diretoria para serem notificados da decisão tomada pela universidade em relação aos referidos processos.





desocupação do casarão — sede da Faculdade — pelos alunos, a guarda universitária não estava conseguindo conter os sucessivos arrombamentos no prédio<sup>28</sup>.

Diante disso, passou a cobrar de Silveira Netto providências urgentes para resolver a situação. A resposta institucional foi dura e alinhada ao regime, tendo o reitor implementado medidas que reforçaram o controle sobre a universidade, incluindo a colaboração com órgãos de segurança (Fontes; Alves, 2014). Foi no contexto do período pós-ocupações que se iniciou um movimento para a transferência da FAD do Largo da Trindade para o campus do Guamá. Tal decisão, no entanto, não ocorreu sem resistência. Estudantes do curso de Direito manifestaram-se por meio de uma carta aberta dirigida aos “colegas universitários, à imprensa e à população paraense”, na qual denunciavam a medida como uma “vontade arbitrária do governo”<sup>29</sup>.

Na carta, os estudantes destacaram que a decisão contrariava, entre outros fatores, o resultado de um plebiscito realizado entre os discentes, no qual 493 votaram pela permanência da FAD no casarão do Largo da Trindade — desde que fosse realizada uma reforma estrutural —, contra apenas 35 votos favoráveis à mudança para o campus do Guamá<sup>30</sup>. Os estudantes exigiam que o “governo, a reitoria e a diretoria” respeitassem o resultado do plebiscito. Rechaçaram as alegações de que o prédio estaria irrecuperável, que não haveria espaço suficiente ou que a universidade não dispunha de recursos para a reforma. Também contestavam a acusação de que suas manifestações contrárias à mudança seriam motivadas por “conveniência própria”, qualificando tais afirmações como “infundadas e mentirosas”. É possível que a transferência da Faculdade também tenha representado uma resposta às ocupações, no sentido de manter estudantes e professores em um local onde o controle e a vigilância da Reitoria fossem mais efetivos.

É interessante refletir que essas ações repressivas ocorreram no mesmo ano em que o Conselho Universitário da UFPA concedeu o título de Doutor Honoris Causa ao então presidente Marechal Arthur da Costa e Silva<sup>31</sup>, durante a cerimônia de inauguração do campus universitário do Guamá (Fontes; Alves, 2013). Anos mais tarde, a mesma honraria seria estendida ao também presidente Emílio Garrastazu Médici e a Jarbas Passarinho, evidenciando o alinhamento institucional da universidade com os representantes do regime militar.

A ocupação da Faculdade de Direito da UFPA representa um capítulo fundamental da história da resistência estudantil no Pará e no Brasil, que mesmo sob forte repressão, como mencionou Bastos Meira, “Nunca foi derrotada”. Nesse sentido,

<sup>28</sup> OF. CIR. GR. N° 208/68 do diretor da faculdade de direito da Universidade Federal do Pará ao reitor da Universidade Federal do Pará de 2 de setembro de 1968.

<sup>29</sup> Carta aberta dos estudantes de direito da UFPA aos nossos colegas universitários; a imprensa e a população 1969.

<sup>30</sup> Ibidem

<sup>31</sup> Há, inclusive, documentos emitidos pela Faculdade de Direito que tratam da visita de Costa e Silva a Belém, nos quais se conclamava os alunos a recepcionarem o presidente no Aeroporto Internacional de Belém e participarem ativamente das solenidades organizadas em função de sua presença na cidade





a documentação preservada nos arquivos da faculdade pode oferecer valiosas fontes sobre esse período, permitindo a análise das vozes daqueles que se opuseram ao autoritarismo. Compreender esses eventos não apenas resgata a memória de quem lutou pela democracia, mas também reforça a importância de trabalhos que se debruçam sobre os tempos de desafios à liberdade e à justiça.

## Considerações finais

Este artigo buscou explorar as potencialidades do Arquivo ICJ/UFPA, com foco especial na documentação relativa ao período da ditadura civil-militar. A pesquisa revelou a riqueza do acervo, como os documentos institucionais da Faculdade sobre a atuação da Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS) e a resistência estudantil durante o regime militar. A documentação analisada evidencia a complexa relação da Faculdade de Direito com a ditadura, mostrando tanto a colaboração de alguns membros da instituição com o regime quanto a resistência dos estudantes. Casos como a prisões de alunos, bem como a ocupação da Faculdade em 1968, ilustram a repressão sofrida e a luta pela liberdade de expressão.

O estudo também buscou destacar a importância de revisitar essa história para romper o silêncio institucional que ainda persiste na UFPA. A manutenção do título de Doutor Honoris Causa concedido a presidentes militares e a falta de implementação física do memorial em homenagem a César Moraes Leite são exemplos desse silêncio. A pesquisa no Arquivo do ICJ, portanto, não é apenas um exercício acadêmico, mas um ato de memória e justiça. Espera-se que este trabalho contribua para futuras pesquisas que se debrucem sobre a vasta documentação existente no Arquivo do ICJ, incentivando historiadores, pesquisadores do direito e estudantes a explorar esse material ainda subutilizado.

Finalmente, é crucial lembrar que os rompantes autoritários não ficaram restritos ao passado. Os eventos recentes demonstram que as forças que tramam contra a democracia ainda existem, tornando ainda mais urgente o “fazer lembrar” daquilo que muitos preferem esquecer. O Arquivo do ICJ, nesse sentido, é um valioso instrumento para essa lembrança e para a luta contínua por uma universidade e por uma sociedade mais democrática e plural.

## Referências

ADICHIE, Chimamanda. **O perigo de uma história única**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. “Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar”. In: SCHWARCZ, Lília Moritz. (Org.). **História da vida privada no Brasil: contraste da intimidade contemporânea**. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 319-409.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BORGES, Nilson. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da Ditadura. Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, pp. 13-42.

BRITO, Luciano Antonio da Cruz. **Ditadura Militar e Movimento Estudantil: O Episódio do Pavilhão Fb-2 na UFPA (1964 – 1980)**. Belém-PA, 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

CARNEIRO, José Queiroz; SALLES, Layse (Orgs.). **Memórias Políticas: Luta contra a ditadura no Pará**. 1 ed. Belém: NAEA, 2017.

CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. Investigar, processar e punir: um tribunal de exceção ou a Comissão de Investigação Sumária – 1964. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 28, p. 445 - 468, set./dez. 2019.

CIAMBARELLA, Alessandra. “Anistia ampla, geral e irrestrita: a campanha pela anistia no Brasil”. In: FERREIRA, Jorge. (Org.). **As repúblicas no Brasil: política, sociedade e cultura**. Niterói: Editora da UFF, 2010, pp. 243-262.

COSTA, Carolina Silva da. **Da anistia à redemocratização: o processo de esquecimento da 5ª Companhia de Guardas**. Orientador: Pere Petit. 2023. 93 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

CORDEIRO, J. M. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**, v. 22, n. 43, p. 85–104, jan. 2009.

FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática/da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 343-404.

FILHO, Daniel Aarão Reis. “A utopia do impasse: 1964-1968”. In: FILHO, Daniel Aarão Reis. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: brasiliense, 1990, pp. 45-76.



FONTES, Edilza Joana Oliveira; ALVES, Davidson Hugo Rocha. A UFPA e os Anos de Chumbo: A administração do reitor Silveira Neto em tempo de ditadura (1960 - 1969). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 258–294, 2013.

FONTES, E. J. O. O dever de memória e a documentação sobre a ditadura civil-militar na Universidade Federal do Pará (UFPA). **Acervo**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 280–292, 2014.

FONTES, Edilza Joana Oliveira. A pesquisa sobre a UFPA e a produção do documentário "1968: 50 anos depois". In: MORAES, Cleodir da Conceição (Org.). **Ensino de história na escola básica: sujeitos, práticas e narrativas**. Ananindeua-PA: Cabana, 2023. p. 129-146.

FONTES, Edilza Joana Oliveira; ALVES, Davison Hugo Rocha. “César Moraes Leite: tua morte é mais uma razão para lutar”: história e política de memória na UFPA. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Ditadura militar na Amazônia: história, memória e resistências**. Ananindeua-PA: Cabana, 2025. p. 197- 215.

FREIRE, Giovana Araújo; PEÑARROCHA, Pere Petit. **“Jornalecos que surgem hoje e desaparecem amanhã”**: uma análise do acervo digital sobre a Ditadura Militar-Civil em Belém do Pará (1978-1985) a partir do Sistema de Informações do Arquivo Nacional, Anais do VII Seminário Internacional História e Historiografia, Fortaleza, 2024.

GALVÃO, M. C. B. **O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica**. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2011.

GASPARI, Elio. “A queda”. In: **A Ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 43-125.

GRYNSZPAN, Mario. “A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da Ditadura. Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, pp. 315-348.

GOMES, Ângela de Castro. “Jango e a República de 1945-64: da República Populista à Terceira República”. In: SOIHET, Rachel & Outras. (Orgs.). **Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, pp. 35-49.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos extremos**. O breve século XX. 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MANSAN, Jaime Valim. A Comissão Especial de Investigação Sumária da UFRGS (1964). **Estudos Ibero-Americanos**, v. 38, n. 1, 2012.

MARTINS, Eduardo Amaral Martins. **Entrevista** cedida em 13 de março de 2025.

MATHIAS, Suzeley Kalil. “A conjuntura das propostas distensionistas”. In: **Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)**. Campinas: Papirus, 1995, pp. 49-68.

PATTON, M. Q. **Qualitative research and evaluation methods**. United State of America: Sage Publications, Inc, 2002.







REIS, Renan Nascimento. **“A hidra de mil olhos”**: Vigilância e Entulho Autoritário na UFPA (1964-1994). Tese (Doutorado) - História, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará, Belém, 2022, 581 f.

REIS, Renan Nascimento. “A universidade amanhece morta”: a UFPA, os acontecimentos de “68” e seu legado. **Acervo**, [S. l.], v. 37, n. 3, p. 1–29, 2024. Disponível em: <https://revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/2233>. Acesso em: 31 ago. 2025.

RODRIGUES, Victor Russo Fróes. **Do código ao cânone**: cultura jurídica e modernismo literário no Pará nos anos 1950. Dissertação (Mestrado) - História, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará, Belém, 2021, 202 f.

SANFELICE, José Luís. “A consolidação do movimento de 64”. In: **Movimento estudantil**: a UNE na resistência ao Golpe de 64. São Paulo: Cortez, 1986, pp. 68-92.

SOARES, Paulo Sérgio da Costa. **1968, o movimento estudantil na UFPA**: memória e história de uma geração. Orientadora: Edilza Joana Oliveira Fontes. 2019. 175 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Biblioteca Central. **José da Silveira Netto**: o reitor que pensou no futuro. Belém: EDUFPA, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Pará**. Belém, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Plano Pedagógico do Curso de Direito (PPC) do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará**. Belém, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Exposição “40 anos da Saída do Casarão - A História do Direito Paraense”**. Sede do Instituto de Ciências Jurídicas da UFPA, Belém, 2020.